

MAL-ESTARES DE UM FINAL DE MILÊNIO

*Luis Alberto Warat**

“Como esto durará tan sólo un día, como esto durará tan sólo un tiempo o dos, como esto o lo demás se acaba, le guste o no al Estado o al Individuo (ese pequeño Estado) esto se acaba porque ya está naciendo el tiempo abierto el tiempo esponja”

Julio Cortázar

I - Razões de uma convocação

Em seus vinte anos de vida o curso de pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina mostrou sempre um perfil reflexivo e inovador. Permanentemente abrimos linhas de pesquisa com uma visão interdisciplinar e com objetivos que foram além dos clássicos limites da teoria jurídica. Criamos também disciplinas nunca contempladas nos currículos das faculdades de direito do país, como Linguística e Teoria da Argumentação, Epistemologia Jurídica, Direito e Ecologia Política, Direito Ambiental, Direito Sanitário, Pesquisas em Direito e Psicanálise, Teoria Jurídica Contemporânea e a recente Pesquisa em Filoestética e Direito (que recepciona toda uma linha de trabalho que remonta às aplicações jurídicas da teoria Bajtiana da carnavalização - 1983) foram ministradas pela primeira vez no Brasil em nosso curso de pós-graduação.



Este espírito criativo foi uma das principais razões que nos permitiu ganhar o reconhecimento nacional que hoje desfrutamos.

Em matéria de organização de congressos e seminários provamos os sabores de uma certa ousadia mesclada com uma dose de provocação. Para provar isto, basta citar os seminários sobre o amor que organizamos em 1990, não só aqui em Florianópolis, mas também em outras faculdades de direito deste imenso país. Para surpresa de muitos, tratamos de discutir as razões que podem levar os juristas a falar, entre si, do amor.

Ser inovador significa, basicamente, tentar interpretar e avaliar o novo, sem atenuar nem suprimir sua pluralidade. Acredito que somos o único curso de pós-graduação em direito tão abertamente direcionado para o novo. O novo e o interdisciplinar formam parte de nosso capital permanente, é - dir-se-ia - nosso “mandato institucional”.

Cumprindo este mandato de interpretar interdisciplinariamente o novo é que organizamos - junto com o *Seminário permanente de psicanálise, ecologia e Direito* (SEPED), com o FIDEP, a ALMED e a universidade argentina de Lomas de Zamora, o Primeiro Seminário Argentino-Brasileiro de Psicanálise, Direito e Política “Mal-Estares de um Final de Milênio”, que terá continuidade ao longo de 1993 em Lomas de Zamora, Mar del Plata e Curitiba.

A idéia geral que inspirou a programação desta seqüência de seminários provêm da preocupação sentida pelos intelectuais deste fim de século diante da multiplicidade de desencantos que acozzam o homem finissecular: mal-estares diante da democracia, as práticas políticas dos direitos humanos e a cidadania, a ética, a representação política, o conhecimento, as instituições e a circulação do desejo por elas, amostras apenas do que vai ser pensado, já que os seminários são tarefas em aberto.

Pensando, interpretando e avaliando alguns dos diversos mal-estares que nos incomodam, poderemos - assim o esperamos - desenhar grupalmente a cartografia, como diria Guattari, de vários dos desencantos que atravessam a modernidade abolida. Este seria o objetivo geral da convocação.

O objetivo específico deste primeiro seminário teria a ver com a problemática da articulação, do entrecruzamento, da psicanálise com o direito e com a política, seguida de seus desmembramentos. Talvez aqui não exista, propriamente, um desencanto ou um mal-estar, mas bem existiria certa perplexidade frente a um território ainda bastante incerto (é um campo de interrogação ainda demasiado incipiente. Como se para provocar desencantos, ele precisasse de uma história).



A primeira dificuldade a registrar na agenda diz respeito a certa confusão dos diferentes lugares disciplinares (psicanálise, direito e política).

Os psicanalistas tentam interpretar o direito tomando como referência parcialidades de um objeto jurídico ideologicamente simplificado. Ficam, por exemplo, amarrados nas postulações que os juristas mais tradicionais fazem com respeito às propriedades ilusórias da linguagem jurídica (precisão semântica, verdades não persuasiva, etc).

Os juristas, que procuram fazer uma interpretação psicanalítica de seu objeto profissional, apresentam a sua própria experiência de analisados como principal recurso metódico. Um apoio bastante insatisfatório, que muitas vezes termina por banalizar a psicanálise como arma interpretativa. A impressão que ambas atividades passam é que ficaram reciprocamente capturadas uma pelos lugares-comuns do discurso da outra.

Quanto às vinculações da psicanálise com a política, passam-se problemas similares. Isto se soma a acusações do tipo das discutidas por Deleuze e Guattari, que imputam à psicanálise de inspiração freudiana ou lacaniana o trabalhar com um inconsciente abstrato e exageradamente preocupado com questões papai-e-mãe, ou com ténues referências aos atravessamentos políticos do desejo. A dupla de iconoclastas franceses questiona a falta de um outro tipo de inconsciente que faça referência aos silêncios do político, bem como aos modos em que o desejo constitui a realidade, sem tantas referências familiares e tantas marcas do passado.

O inconsciente político é trabalhado pelo movimento chamado de Análise Institucional, que coloca como um dos sentidos da instituição o chamado inconsciente político. Em linhas gerais, os analistas institucionais criam (ou aproveitam) analisadores que lhes permitam contar com catalisadores para a intervenção em diferentes grupos problemáticos das instituições sociais. Eles se propõem a intervir nas instituições para ajudar a formar uma consciência autogestionária que iria se configurando a partir da possibilidade de poder escutar os silêncios, os não-ditos, enfim, o que o imaginário oficial das instituições impede representar.

Sem entrar em detalhes sobre a proposta institucional, quero levantar, neste diminuto manifesto de intenções, minha preocupação diante de uma zona de risco em que perigosamente parecem entrar alguns grupos de analistas institucionais. Zona de risco na qual parecem também propensos a cair alguns grupos que fazem a crítica ao direito. Estou falando de uma perigosa inclinação trivializadora que, em nome dos espaços institucionais ou da crítica ao direito, transformam suas intervenções em atuações publicitárias, fazendo de seus discursos uma imagologia (nos termos descritos por Kundera) vendível como mercadoria. Reverberando a tantos outros messias do dia seguinte (como diz Baudrillard falando de Foucault), questionam os simulacros do poder que circula socialmente para benefício de seu próprio poder como analistas, juízes ou professores. A Disneylândia institucional é a Disneylândia da crítica ao direito. Talvez

eles mesmos capturados por sua própria imagem como espetáculo, que os leva a encarar o pensamento como se fosse uma superprodução cinematográfica.

No *Anti-Édipo*, Deleuze e Guattari fazem uma profunda crítica do marxismo, por razões opostas às apresentadas como crítica à psicanálise. Acusam o marxismo de, num excesso economicista, não atentar para as razões do desejo na constituição da realidade. Se a realidade é um princípio de organização da vida e não algo exterior e alheio ao homem, se é uma aparência que nos organiza, então o desejo não pode ser ignorado como condição da constituição da realidade. Talvez se poderia dizer que as faltas do marxismo com relação ao desejo provêm do fato de que sua proposta teórica foi radicalmente cooptada pela mentalidade epistemológica que dominava à época de sua origem (e ainda nos domina, embora acantonada). Estou me referindo aos abusos teóricos cometidos em nome de uma realidade verificável e que transcende ao homem como uma força externa, ao destino autônomo do real que permitiu sustentar ideologicamente tanto a produção marxista como a produção burguesa do conhecimento. Assim, o desejo termina sendo uma ausência ideológica no pensamento marxista, a condição de sua dimensão profética. Os efeitos ideológicos do marxismo e sua falta como pensamento condicionado, como diria Baudrillard, pelo erro de tomar o real por real.

Um Marx libidinal? Tratar-se-ia de fazer do marxismo um dispositivo libidinal?

Os autores do *Anti-Édipo* imputam ao marxismo o fato de não haver falado do lugar da economia libidinal, do mesmo modo que consideram faltante na psicanálise o lugar do político.

Tanto para o psicanalista como para o marxismo, seu problema atual passaria pela discussão da função da pulsão numa forma de sociedade capitalista “ícono-consumista”: o modo em que se articulam e enfrentam os fluxos do poder e do desejo, numa cultura acossada pelos simulacros.

Um grande desafio está posto: como sair de um mútuo reducionismo que diminui a psicanálise como força interpretativa das atuações políticas e leva o marxismo para uma visão da sociedade que ignora a economia do desejo?

Para não discutir como se estivéssemos ladrando ao mar, poderia tentar radicalizar o encontro entre psicanálise e o marxismo. Presumo que é um bom programa para tentar o reencontro com algum eixo “progressista” que restitua as ilusões de autonomia e solidariedade que o muro de Berlim levou.

Todos os dias os jornais notificam as forças destrutivas em expansão pela Europa. Elas ganharam um espaço de considerável repercussão e se mantiveram como ameaça por um longo tempo. Ao que tudo indica, vieram para ficar pelo menos

até o próximo século. E as análises políticas sozinhas não vão ajudar na ação contra, na interpretação e na avaliação dessas tendências destrutivas. Esta é uma área onde não se pode prescindir da psicanálise como arma política.

Numa forma de sociedade onde se vive quotidianamente os efeitos do menosprezo pelo social, pelo político, e a desestruturação das identidades - diluídas numa cultura, que chamaria, para dar-lhe um outro nome de “ímagoeletrônica” - pareceria importante repensar o político desde a psicanálise. E para isto não há como não repensar o marxismo. Obviamente, sem seus vícios de pensamento, sem nenhuma carapuça de sacerdote, procurando resgatá-lo como avaliação de futuro para uma nova perspectiva de vida. Um marxismo afirmativo da unidade entre a vida e o pensamento, e realizador das forças ativas da criatividade. Um marxismo capaz de redefinir-se aceitando o amor e o desejo como dimensões políticas.

Acredito que todos concordamos que existe a necessidade de restituir o político e a ética às sociedades do capitalismo multinacional. E esta tarefa, parece-me, seria impossível sem repensar a articulação entre psicanálise e marxismo. É inútil, e até grotesco, discutir de forma isolada as faltas de um e de outro, sobretudo se aceitamos que o que falta a um, possui o outro. O problema, presumo, está dado pelas condições através das quais podemos mediatizar, no interior de um discurso, as conquistas aceitas pelo outro, sem que ambos percam sua especificidade.

Corremos o risco de nos encontrar sem mediações pertinentes, que diminuam as possibilidades de pensar, interpretar e avaliar os objetos parciais do direito e da política.

Fazer um uso tosco dos conceitos da psicanálise, empregá-los trivialmente de forma imprecisa, como se pudesse trabalhar significações complexas na periferia do que pretendem expressar, é um dos sérios riscos que corre o incipiente encontro do psicanalista com o direito e a política (que já tem uma história um pouco mais prolongada).

Há um excesso de generalizações difusas no emprego das categorias oriundas da psicanálise. Isto é quase uma questão preliminar que estes seminários devem afrontar objetivamente. Porque como se está corre-se o sério risco de trivializar - com estas significações de vôo curto - a psicanálise, fazendo-a perder a possibilidade de reafirmar sua índole sócio-política, como estratégia de um retomado projeto de autonomia.

Por certo que a heterogeneidade do campo “psi”, ilusoriamente agrupadas sob uma mesma denominação, ajuda pouco.

Uma fragmentação que entrava o pensamento na hora de tentar fazer a mediação para interpretar objetos parciais do direito ou da política. Esta não é uma das questões determinantes do próprio mal-estar da psicanálise?

Outro risco de simplismo provém das angústias profissionais dos psicólogos e advogados. Com um mercado que dia-a-dia vai se estreitando, os psicanalistas e juristas de ofício tentam criar desesperadamente novas ofertas de trabalho, inventam sem muito escrúpulo mil variáveis de intervenção. Chovem as ofertas extravagantes, principalmente em Buenos Aires: escolas de sedução, formação de grupos para ajudar a passar melhor a melancolia dos domingos, interconsultas psico-jurídicas para resolver os conflitos de família, adoção, etc... Tudo feito numa atividade sobre os sentimentos, como se eles fossem emoções baratas. Assistimos à triste emergência de um encontro interdiciplinar entre o direito e a psicanálise como simples valor de consumo, como simulacro de uma intervenção. Esta é outra razão que justifica um outro tipo de encontro entre a psicanálise e o direito, como valor de troca das autonomias. Psicanalistas, juristas e cientistas políticos que saiam de seus terrenos para repensar e recriar a vida, sem contudo vulgarizar suas intervenções com as angústias de sua própria sobrevivência.

II - Psicanálise e filoestética

Diverso e complexo é o território em que ingressamos com a proposta de trabalho que, simplificada, termino de juntar: a filosofia e suas formas esgotadas de pensar a totalidade; a ciência da modernidade acossada pelo declínio da própria modernidade; o imaginário radical (Castoriadis) que constitui a condição para uma democracia, hoje ameaçada pela dissuasão do político e das múltiplas formas de alteridade; e a própria psicanálise arrostada pelo desafio de ter que repensar-se para sustentar o valor da transferência para um mundo que vive a ilusão de fragmentar-se... Amostras das questões que provavelmente operarão como vozes silentes do que se pode pensar, interpretar e avaliar no seminário que motiva este texto.

Creio que são esboçadas questões que poderiam, todas elas, ser reagrupadas sobre uma denominação comum, que proponho - para dar algum nome provisório - chamar de Filoestética (o amor simultâneo pela filosofia e pela poética). Por trás desta denominação há uma fileira de pensadores: Nietzsche, Espinoza, Bergson, Guattari, Castoriadis, Lefort, Foucault, Bajtin, Barthes, Baudrillard e outros adjacentes a eles. Uma denominação e várias linhas de pensamento que lhe outorgam sentido, que tentarei usar como um analisador para propor quatro blocos de questões:

- a) o primeiro bloco diz respeito à filosofia e ao que ela exclui para construir seus modelos acima de toda suspeita. Aqui estariam colocadas as questões que dizem respeito ao passional, ao cotidiano, ao poético (em sua acepção mais aberta). Três registros que afetam a psique, sem que a filosofia se dê conta deles.

A filosofia desenvolvida no meio acadêmico procura o entendimento no interior dos modelos que ela mesma cria. Na busca do entendimento da paixão; a preferência é pelo rigor lógico e sua aplicação aos modelos de interpretação vigiados pela epistemologia. Pelo menos esta é a preferência da casta de funcionários públicos que fizeram sua opção pela filosofia. O sonho dos filósofos de ofício é levar as indagações da filosofia ao campo das pesquisas científicas (visto, em seus sonhos, como um primeiro mundo do saber). Em nenhum momento, complicaram sua existência tentando saber se não existe uma ambivalência na construção científicista da realidade, que permitisse interessantes conquistas em nome da objetividade e, simultaneamente, efeitos destrutivos mutiladores da vida.

Poder-se-ia entretanto constatar que crescem a quantidade de atitudes e de vozes que denunciam a agonia desta forma, digamos, burocrática (pelo menos no sentido de depender muito mais das intrigas institucionais que de um gozo pela interrogação do mundo) de fazer filosofia. Vozes e atitudes que indicam sua preferência por uma outra forma de fazer filosofia: uma atuação no mundo e não a produção de um discurso de contemplação asséptica, onde o enunciador da palavra é uma engrenagem anônima, diluída entre as ligações lógicas dos conceitos. Um novo sujeito da filosofia que pensa, interpreta e avalia o que deve ser destruído para amparar as condições de criatividade (própria e alheia). O filósofo, que agora encontra seu gozo, seu prazer, na destruição de tudo que mutila a vida, para apostar na criatividade. Uma filosofia, em resumo, carente de homogeneidade, que renuncie a fazer o elogio das certezas, que abandone os claustros universitários para ir ganhando a rua, que se vá definindo pelas singularidades que atravessa e que terá inumeráveis pontos de enfrentamento, núcleos duros de instabilidade. Uma filosofia da praça pública que tente encontrar seus fundamentos, precisamente nos lugares que foram excluídos pelos controles metódicos do modelo filosófico das certezas. Uma filosofia que para transitar na rua terá que relativizar o rigor de seus discursos incorporando a estética como meio de expressão, a psicanálise como estratégia de interpretação, a cartografia (no lugar da teoria) como produto (em permanente processo de recriação) e a criatividade como destino: verdades carnavalizadas, fora do lugar instituído, para elas, pela mentalidade científicista. Pelo menos esse é o roteiro cartográfico que apresento como exemplo.

Por certo, o que acabo de enunciar vale unicamente como proposta de saída para os filósofos que ainda estão enclausurados nos redutos universitários, sempre que queiram sair de seu convento antes da catástrofe de seus saberes.

Já existem uma filosofia e homens-artistas-filósofos, elementos difusos na quotidianidade e nos meios de comunicação, que não precisam de nenhum retoque para estabelecer sua singular unidade de vida e pensamento. Uma aposta, não emoldurada, na possibilidade de prosseguir tentando mudar o mundo e seus valores, mesmo diante dos simulacros da mídia, por meio de uma expressão estética que suprima os elementos científicistas e academicistas, numa relação direta dos sujeitos com suas obras. A filosofia na rua como momento de ruptura das grandes produções mediáticas (e do enfrentamento simultâneo da complexidade e do caos transmoderno, o “caocosmos” de que fala Guattari em sua última obra).

O grande desafio é conseguirmos fazer de nosso trabalho universitário uma aposta singular na vida e uma expressão da vida cotidiana: ou seja, aproximar a filosofia acadêmica da filosofia espontânea da quotidianidade.

Poder-se-ia constatar, que, assim como a modernidade se encaminha para suas formas simuladas (a famosa pós-modernidade), a filosofia, em contrapartida, estaria abandonando o lugar do cientificismo, botando seu “corpus” no mundo, e indo ao encontro da estética, em cuja companhia poderá tentar estender-se, rizomaticamente, por todos os interstícios da vida cotidiana, empreender um trânsito nômade - um passeio ao léu - que sirva para interpretar e avaliar as verdades do mundo, sublimar e recriar a vida. A filosofia como experimento que devolva a ilusão de unidade, num mundo que está instituindo a fantasia da fragmentação. O retorno de uma ilusão de unidade perdida que poderá servir para formular novos modos de experimentar a vida, fazer perguntas ao mundo, descobrir que o mundo não é alguma coisa fechada e fora de nós; produzir, enfim, um novo tipo de modos de pensamento que sirva para crescermos como pessoas, criando e recriando a vida.

- b) o segundo bloco de questões faz referência à estética como meio de expressão. A estética como arma expressiva que permita ao indivíduo construir as verdades do mundo como significados cartográficos. A estética como forma expressiva da criatividade, que produza e emerja da unidade do pensamento e da vida: a criatividade na vida que inspire novos modos de pensamento; a criatividade do pensamento que crie novas formas de viver. A estética como projeção da psicanálise nas artes, algo que os surrealistas compreenderam muito bem ao fazer sua proposta filosófica.

Não tenho dúvidas de que o surrealismo foi uma forma, entre duas guerras mundiais, de fazer da arte uma filosofia com cobertura psicanalítica: uma primitiva forma de fazer o trabalho cartográfico... Por isto é que revivo o surrealismo, eu o recupero, como antepassado de uma futura filoestética.

Sustento o valor de uma filosofia que troque a contemplação pela criatividade, que substitua um modelo abstrato por uma permanente observação inaugural; uma filosofia que olhe as coisas do mundo como se fosse pela primeira vez, num permanente retorno de um olhar inicial. Um olhar intempestivo (como diria Nietzsche), sem os fantasmas da antecipação materna. O olhar criativo. O olhar que, acredito, unicamente pode ser alcançado através da estética.

Um novo paradigma estético? A palavra “paradigma” seria imprópria, pois, entraríamos no universo imaginário de Kuhn; haveríamos que falar de um horizonte de referência que sirva para nos posicionar criativamente diante das próprias condições de existência, eliminar as sombras que a valorização capitalista gerou para encobrir os focos de atuação libertária, afastar-nos do paradigma cientificista que controla, há mais de 150 anos, a produção da filosofia profissional. Uma atitude que, creio, implica o simultâneo afastamento da estética institucional, do mercado das artes e de certas passividades presente nos ofícios estéticos.

A idéia principal consiste no fato de que o âmago da criatividade estética passa pela instauração de cartografias que trabalhem como focos parciais de subjetivação libertária, servindo ao mesmo tempo para fazer aflorar os focos de singularidade que se dão no social como condição de existência, fora das novelas de subjetividade individual.

Trata-se de uma estética que sirva para restituir a utopia da unidade do sujeito à filosofia, perdida na pré-dica transmoderna da fragmentação. Justamente porque falta esta utopia, é difícil apontar novas condições de vida.

Antes de prosseguir, queria fazer uma ressalva: advertir - principalmente aos estudantes - que um olhar permanentemente inaugural não implica nenhuma renúncia em relação ao saber acumulado. Ao contrário, ela exige passos prévios que têm a ver com a possibilidade de ter essa mesma atitude inaugural com relação ao saber já estabelecido, a recriação virginal do saber passado.

- c) o terceiro bloco de interrogações tem a ver com a psicanálise como método (no sentido de estratégia interpretativa e valorativa) para a filosofia. Partindo da mesma concepção da clínica, aqui se trataria de discutir a validade da psicanálise para ajudar ao indivíduo em sua descoberta das “verdades do mundo”. Seria o trânsito da psicanálise desde o lugar da ajuda para a interpretação das verdades adormecidas no imaginário radical da sociedade.

É óbvio que muitos não compartilham esta assertiva, que não pretende salientar o valor filosófico da psicanálise desde qualquer lugar de “dever-ser”, mas apenas minha opinião. Creio que o filósofo de ofício evitaria o fim de sua espécie se conseguisse romper as amarras com o cientificismo e expressar-se esteticamente com fundamentação psicanalítica. É um ponto que, pessoalmente, gostaria de discutir neste seminário.

Acredito que o mais importante para um resgate da psicanálise pela filoestética passa por considerar aquele como uma produção de sentido e de subjetividade a partir de elementos de ruptura do sentido, de dispositivos de criação da subjetividade em todos os registros da vida.

- d) o quarto bloco de questões faz referência à ética e sua função na filoestética. Neste bloco é importante discutir a função ética que tem uma filosofia esteticamente expressa: a impossibilidade de tentar recompor certos vínculos com a vida e com os outros sem levar em consideração os valores éticos que podem lhe outorgar sentido, quais sejam, a solidariedade (como forma social dos afetos) e o respeito ao outro como diferente. O que Guattari chama de “nova suavidade”: a possibilidade de amar o outro em sua diferença e não simplesmente tolerá-lo contratualmente.

A estatização da ética permitiria questionar a necessidade de contar com persistentes focos de criação de novos valores, que de nenhum modo fiquem

atrelados às pseudo-consistências dos valores normalizantes do mundo capitalista; um sistema inamovível que não respeita a alteridade nem a complexidade dos territórios políticos e afetivos. Não há ética possível sem o reconhecimento da alteridade.

- e) O quinto bloco de questões problemáticas teria a ver com o político e seus encartes poéticos; o político e o poético em suas convergências e divergências. Em algum sentido, uma convocatória feita para dissipar mútuas e antigas desconfianças. Já existiu o desejo de expulsar os poetas da república ideal de Platão. E os homens estéticos, desde esta época, intuem intenções mesquinhas por trás dos grandiloquentes e melodramáticos discursos dos políticos, que ressentem medíocrementemente contra todos os que não são de sua própria “tribo”.

É certo que, para uma discussão filoestética, o tema passa pela estetização da política e não pela politização da estética: a tentativa de incorporar à consciência política a consciência estética e ver como a realidade é afetada por essa miscigenação. Gilberto Gil seria um bom exemplo dessa tentativa.

É óbvio que estamos falando de uma mestiçagem em defesa da radicalização da democracia e não a favor de uma provocação niilista, nostalgicamente anarquista. O que estaria em jogo, em toda proposta de acoplamento entre o político e o estético, é a inscrição da criatividade nas instituições para fortalecer a frágil circulação que nelas têm as atuações democráticas.

Com relação a minha própria história pessoal, sinto-me muito à vontade para falar destas questões, já que acredito que desde o início de minha docência, há mais de trinta anos, tentei implementar uma atitude estética como metodologia do ensino do direito. A professora Laura Cipriano, da Universidade de Mar del Plata, aluna de meus primeiros anos de ensino, me lembrava que em sua primeira aula se surpreendeu comigo por falar do direito através de um filme da época (“Voar não é só para os pássaros”). Logo veio Bajtin e a teoria da carnavalização, o surrealismo, as novelas da Globo e assim por diante. Graças a esta postura docente fui condenado pela tribo dos lógicos, estereotipado como um professor em eterna dependência do delírio. E poderiam dizer agora que o delírio - e não por minha causa - ameaça converter-se em epidemia.

Para finalizar, quero retornar à psicanálise para lembrar duas coisas: 1) a dimensão estética presente em toda a obra de Freud; 2) que os psicanalistas não só estão saindo de uma atitude clínica fechada por necessidade de sobrevivência econômica - este é o caso menor - mas pela necessidade mesmo que sentem os intelectuais progressistas de pensar seu tempo e sua vida.

Por fim, um sinal de alerta: não desejaria que este breve manifesto, um tanto intimista, seja tomado como uma enunciação messiânica de minha parte.

* Traduzido por Luiz Henrique Cademartori